DO DIREITO À PENSÃO POR MORTE AO(A) COMPANHEIRO(A) HOMOSSEXUAL

THE RIGHT TO THE PENSION FOR DEATH TO THE HOMOSEXUAL COMPANION

Carlos Eduardo Gasparoto

Advogado, Mestrando em Direitos Coletivos pela Universidade de Ribeirão Preto e
especialista em Direito Empresarial pela Unesp.

William Lopes Fragiolli

Advogado, Especialista em Direito Público: Administrativo e Constitucional pela
Universidade de Franca.

RESUMO

O presente artigo traz elemento e aspectos que acompanham os direitos de igualdade ao homossexual, fundado no princípio da dignidade humana que constitui fundamento da República Federativa do Brasil em seu art. 1º, inciso III. Também será tratado do direito à pensão por morte do dependente homoafetivo. Nesse contexto, analisam-se as principais implicações no campo jurídico decorrentes da união estável, garantindo os direitos aos dependentes homossexuais.

PALAVRAS-CHAVES: Homossexual; Dependente; Pensão por morte.

This paper presents aspects element and accompanying rights to homosexual equality, founded on the principle of human dignity is the foundation of the Federative Republic of Brazil in his art. 1, section III. It will also be spoken of the right of survivorship of the dependent homoafetivo. In this context, we analyze the main implications in the legal field resulting from stable, guaranteeing rights to homosexuals dependent.

KEYWORDS: Homosexual; Dependent; Pension for Death

INTRODUÇÃO

A pensão por morte é o benefício a que todos os dependentes do segurado da Previdência Social que venha falecer têm direito. Assim para que seja concedido o referido benefício, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS não exige carência, ou seja, tempo mínimo de contribuição, mas que na data do óbito teria que estar empregado, ou como trabalhador avulso, ou ainda, contribuindo ao INSS na forma de autônomo ou facultativo, mantendo sua qualidade de segurado.

Com a Ação Civil Pública ajuizada no Rio Grande do Sul nº 2000.71.00.009347-0 que determina companheiro(a) homossexual de segurado(a) terá direito a pensão por morte, desde que comprovada a vida em comum, ou seja, é legalmente reconhecida e considerada como entidade familiar não registrada.

No ensinamento de Wladimir Novaes Martinez¹, “os dependentes de Classe I não precisam comprovar a dependência econômica, sendo que, no caso dos (as) companheiros (as), homossexuais ou não, deve-se apenas comprovar a união estável, o que atualmente pode ser realizado de diversas maneiras (provas testemunhais, documentais, etc.)” e, mesmo que referidas provas não sejam admitidas administrativamente pelo INSS, a pretensão poderá pleiteada judicialmente.

Desde o ano 2000, o INSS já concedia esse benefício, mas com base em uma liminar. Uma portaria publicada no diário oficial determina que a Previdência torne permanente a regra que reconhece o direito de companheiros do mesmo sexo a benefícios como pensão por morte desde 2010.

Para comprovar o relacionamento, os casais terão de apresentar no mínimo três documentos, como a declaração de Imposto de Renda do segurado, com o beneficiário na condição de dependente; testamento; declaração especial feita perante tabelião ou conta bancária conjunta. Os critérios são os mesmos fixados pelo Código Civil para o reconhecimento da união estável de heterossexuais.

A Constituição Federal assegura a liberdade e a igualdade (sexual, inclusive), além do artigo 16, I da Lei n. 8.213 /91, que define os dependentes beneficiários do regime geral da Previdência Social.

A lição de Montoro, afirma que “o direito é uma ciência orientada permanentemente no sentido da realização da justiça e só se realiza permanente na medida em que respeita seu caráter dinâmico, como elemento da ação transformadora do homem na

¹ Wladimir Novaes Martinez (in Cartilha: previdência social para principiantes – 2 ed. São Paulo: LTr, 2007.

história, o direito não é uma ciência natural, a estudar as manifestações da vida social humana como se fossem “coisas” ou simples fenômenos físicos. O homem não é um “objeto” passivo, nem mero espectador da realidade. Dentro de certos limites, é ele que imprime ordem no mundo. E o direito é, de certa forma, instrumento dessa ação transformadora do homem.²

Maria Berenice Dias conclui: “Está na hora de o Estado - que se quer democrático e que consagra como princípio maior o respeito à dignidade da pessoa humana - deixar de sonegar o timbre jurídico - a juridicidade - a tantos cidadãos que têm direito individual à liberdade, direito social a uma proteção positiva do Estado e, sobretudo, direito humano à felicidade.”³

CONCLUSÃO

Em face do estudo realizado, podem-se apontar que a união homoafetiva é uma das questões mais discutidas na atualidade, em particular por ser questão que tem atenção do Poder Judiciário. Vez que as relações homoafetivas sempre existiram, e que atualmente vem buscando legitimação social e jurídica para com seus direitos, o que já obtiveram grandes avanços, especialmente a partir do momento em que o INSS foi obrigado pela Justiça Federal a reconhecer administrativamente alguns direitos previdenciários em todo território nacional, o que se reforça com o casamento entre pessoas do mesmo sexo, criando-se a entidade familiar, com todos os direitos e deveres.

² MONTORO, André Franco. *Introdução a Ciência do Direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p.127

³ DIAS, Maria Berenice. *Liberdade Sexual e Direitos Humanos*, anais do III Congresso de Direito de Família, coordenado por Rodrigo da Cunha Pereira, Belo Horizonte: IBDFAm - Del Rey, 2002. p. 88.

REFERENCIAS

BRASIL. Congresso Nacional, **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao_Compilado.htm> Acesso: 21 de agosto de 2013.

BRASIL, Congresso Nacional. **Código Civil – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2013.

DIAS, Maria Berenice. *Liberdade Sexual e Direitos Humanos*, anais do III Congresso de Direito de Família, coordenado por Rodrigo da Cunha Pereira, Belo Horizonte: IBDFAm - Del Rey, 2002. p. 88.

MARTINEZ, Wladimir Novaes (in Cartilha: previdência social para principiantes – 2 ed. São Paulo: LTr, 2007).

MONTORO, André Franco. *Introdução a Ciência do Direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p.127

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Ação Civil Pública nº 2000.71.00.009347-0.